

REL-AUDIT-DAI - 42025

Código de validação: 2B64B4FF33

Relatório do Sistema de Controle Interno

Fundo Especial de Segurança dos Magistrados –
FUNSEG-JE

Prestação de Contas – Exercício 2024



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO.....	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL.....	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.....	6
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	7
3.1. <i>Da realização da receita</i>	7
3.2. <i>Da realização da despesa</i>	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2024.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, posto que as demais serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pela Diretoria de Auditoria Interna, enquanto 3ª Linha do Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Maranhão, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira, nos instrumentos de planejamento orçamentário vigentes no exercício de 2024 (PPA, LDO, LOA, Decretos de Execução e de Encerramento), em relatórios do sistema SIGEF e, em análises de processos e documentos administrativos.



1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2024-2027 foi estabelecido pela Lei nº 12.167 de 19 de dezembro de 2023. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2024-2027, Prestação Jurisdicional (código 0543), teve por finalidade “proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”. Este programa foi subdividido em 11 (onze) Ações, das quais, 1 (uma) foi desenvolvida pelo FUNSEG-JE (UO 04904), a saber, 4686 – Apoio a Segurança da Magistratura.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2024 foi de R\$ 1.675.040.482,00 (um bilhão seiscentos e setenta e cinco milhões quarenta mil quatrocentos e oitenta e dois reais). Para os projetos e atividades da unidade orçamentária do FUNSEG-JE (04904) destinou-se 0,51% desse valor (04904), ou seja, R\$ 8.624.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte e quatro mil reais).

O valor acima destacado à unidade orçamentária do FUNSEG-JE restou assim distribuído:

AÇÕES PPA 2024-2027 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4686-Apoio a Segurança da Magistratura	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas sedes de jurisdicionais.	FUNSEG	medido pela despesa	unidade	-	8.624.000,00
Fonte: PPA 2024-2027						

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2024 para o FUNSEG:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

AÇÕES PPA 2024-2027 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Projeto / Atividade	4686-Apoio a Segurança da Magistratura		
Produto	medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Meta Física			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
medido pela despesa		Não disponível	
Meta Financeira			
Planejada (D)	Realizada (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
8.624.000,00	12.217.542,94	142%	Não disponível
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0			
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50			
FONTES:			
1- PPA 2024-2027			
2- Relatório das Metas Físicas e Financeiras emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Orcamento - Diretoria Financeira.			

Do quadro acima, verifica-se que a meta financeira da Ação 4686 apresentou uma execução superior ao planejado para o exercício no percentual de 42%.

A ausência da definição de meta física impede a análise da eficiência e eficácia desta Ação.



2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2024 é a de nº 11.994, de 31 de julho de 2023. Ela propôs as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2024. Os artigos 33 ao 41 da LDO 2024 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

A unidade orçamentária do FUNSEG-JE fixou a dotação inicial na LOA 2024 no valor de R\$ 8.624.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte e quatro mil reais). Mediante o Decreto nº 38.321 foi aberto crédito suplementar de R\$ 5.852.893,00 (cinco milhões oitocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e noventa e três reais) oriundo do Superávit Financeiro do ano anterior, o que resultou em uma dotação final de R\$ 14.476.893,00 (catorze milhões quatrocentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e três reais).

As formalidades legais previstas na LDO e na LOA para fins de alterações orçamentárias foram cumpridas, não sendo identificado nenhum procedimento irregular na documentação analisada.



3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2024, Lei nº 12.168 de 19 de dezembro de 2023, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 2.403.460.000,00 (dois bilhões quatrocentos e três milhões quatrocentos e sessenta mil reais), assim distribuídos:

LOA 2024	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	2.089.372.000,00
TJ	2.084.816.468,00
CGJ	4.555.532,00
FERJ	287.468.000,00
FESMAM	966.000,00
FERC	17.030.000,00
FUNSEG	8.624.000,00
Total	2.403.460.000,00
Fonte: LOA 2024	

O valor orçado à unidade orçamentária do FUNSEG-JE correspondeu a 0,36% do total fixado na LOA 2024. Quanto à fonte, os recursos do FUNSEG-JE originam-se de receitas próprias do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário – FERJ que integram o Orçamento Fiscal, de acordo com o art. 4.º da Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.

3.1. Da realização da receita

O FUNSEG foi criado pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

com o objetivo de suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; além de estruturar, aparelhar, modernizar e adequar tecnologicamente os meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Nos termos do art. 4º constituem receitas do FUNSEG-JE: o percentual de 2% a 4% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao FERJ, conforme definido em Ato da Presidência do Tribunal de Justiça; os rendimentos de aplicações financeiras com recursos do próprio Fundo e subvenções, auxílios públicos ou privados, específicos ou oriundos de convênios, acordos ou contratos nacionais e internacionais.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FUNSEG-JE arrecadou o valor de R\$ 1.283.859,77 (um milhão duzentos e oitenta e três mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) no exercício de 2024, um resultado 26% a menos comparado com o ano de 2023, como demonstrado no quadro a seguir:

Arrecadação - FUNSEG-JE			
Receitas	2023	2024	%
Receita Patrimonial	1.743.631,02	1.283.859,77	-26%
TOTAL	1.743.631,02	1.283.859,77	-26%
Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira			

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apura-se um resultado orçamentário deficitário no período no valor de R\$ 10.933.683,17 (dez milhões novecentos e trinta e três mil seiscentos e oitenta e três reais e dezessete centavos), conforme observa-se abaixo:

Apuração do Resultado Orçamentário	
Receita Orçamentária Realizada	1.283.859,77
Despesa Orçamentária Empenhada	12.217.542,94
Resultado Orçamentário	-10.933.683,17



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Contudo, há de se ressaltar que o FUNSEG-JE depende da transferência de recursos do FERJ para execução das suas ações. Considerando que a receita do FERJ já foi contabilizada no exercício como receita orçamentária naquele Fundo, caso as transferências fossem registradas como receita orçamentária novamente no FUNSEG-JE, haveria duplicidade de informações.

3.2. Da realização da despesa

A despesa inicial fixada na LOA para o exercício de 2024 à unidade orçamentária do FUNSEG-JE totalizou R\$ 8.624.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte e quatro mil reais). Após a abertura do crédito suplementar de valor de R\$ 5.852.893,00 (cinco milhões oitocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e noventa e três reais) a dotação final restou em R\$ 14.476.893,00 (catorze milhões quatrocentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e três reais)

No quadro abaixo vê-se a execução orçamentária geral do FUNSEG-JE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROGRAMA /AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)	(B)	(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	8.624.000,00	14.476.893,00	12.217.542,94	2.259.350,06	84%
4686	Apoio a Segurança da Magistratura	8.624.000,00	14.476.893,00	12.217.542,94	2.259.350,06	84%

Fonte: SIGEF - Relatório do Comparativo da despesa autorizada com a realizada - emitido em 07/02/2025 pela Coordenadoria de Contabilidade - Diretoria Financeira

A despesa realizada no exercício de 2024 totalizou R\$ 12.217.542,94 (doze milhões duzentos e dezessete mil quinhentos e quarenta e dois reais e noventa e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

quatro centavos), o que representa uma execução de 84% da dotação final e um saldo orçamentário da ordem de R\$ 2.259.350,06 (dois milhões duzentos e cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta reais e seis centavos).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- a meta financeira executada foi 42% superior ao planejado no PPA para a unidade orçamentária do FUNSEG em 2024 e, considerada a ausência de meta física, resta impossibilitada a análise quanto à eficácia e eficiência da Ação 4686;
- os créditos adicionais do exercício observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64;
- a arrecadação do FUNSEG-JE totalizou R\$ 1.283.859,77 (um milhão duzentos e oitenta e três mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos) no exercício de 2024;
- o resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 10.933.683,17 (dez milhões novecentos e trinta e três mil seiscentos e oitenta e três reais e dezessete centavos), justifica-se em razão do FUNSEG-JE contar para o custeio de suas despesas de recursos transferidos pelo FERJ; e,
- a execução orçamentária da Ação 4686 utilizou 84% da dotação atualizada para o período.

São Luís, 26 de março de 2025.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Auditoria Interna
Diretoria de Auditoria Interna
Matrícula 107318

STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO
Analista Judiciário-Contador
Coordenadoria de Auditoria
Matrícula 175133

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/03/2025 22:46 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)



REL-AUDIT-DAI - 42025 / Código: 2B64B4FF33
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 26/03/2025 22:52 (STENIO LEONARDO RAMOS RIBEIRO)



REL-AUDIT-DAI - 42025 / Código: 2B64B4FF33
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente